

CENTRAL EÓLICA CATANDUBA I S.A.											
Demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024											
Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)						Demonstração de resultado					
Nota 31/12/2024 31/12/2023						Nota 31/12/2024 31/12/2023					
ATIVO											
Circulante											
Caixa e equivalente de caixa	10	5.553	145								
Concessionárias	11	249	-								
Impostos a compensar	12	2.622	2.600								
Caupões e depósitos vinculados	13	2.547	19.323								
Estoque material de manutenção	14	131	26								
Adiantamento a fornecedores	15	293	282								
Despesas antecipadas	16	114	-								
Outros créditos	16	194	181								
Não circulante											
Partes relacionadas	17	3.312	720								
Imobilizado	18	348.718	314.127								
Total do ativo		363.733	337.404								
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.											
Notas explicativas das demonstrações financeiras (Em milhares de Reais)						Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)					
1. CONTEXTO OPERACIONAL											
A Central Eólica Catanduba I S.A. ("Companhia" ou "Catanduba I"), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em agosto de 2018, tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, exploração do potencial da Central Eólica Catanduba I e comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividades. A Companhia tem sede e fóra no fórum da Companhia tem sede e fóra na Rua Werner Von Siemens, nº 111, codog 44191-0, prédio nº 22, bloco A, sala 83, Lapa de Baixo, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. 1.1 Autorização do Parque Eólico Catanduba II: Em 16 de abril de 2020 o Parque Eólico foi autorizado pela ANEEL a explorar a atividade de geração de energia na modalidade de produtor independente por 35 anos, com término da autorização em 15 de abril de 2055. Em novembro de 2019 a Companhia vendeu 21,5 MW médio de energia pelo período de 16 anos no Mercado Livre para um grande consumidor, por meio do projeto de geração eólica Catanduba I, localizado no estado do Rio Grande do Norte, região nordeste do Brasil. Em 22 de dezembro de 2023 conforme despacho da ANEEL n. 48532/008548/2023-00, autoriza a operação teste da usina EOL Catanduba RN I das unidades geradoras UG1 a UG11 de 4.500 kW cada.											
1.2 Usinas Eólicas											
Modalidade											
Outorga											
Estado											
Capacidade instalada (MW)		49,60									
Energia assegurada (mm)		26.40									
Ano do início da operação		2024									
Autorização / Registro											
Início		16/04/2020									
Termino		15/04/2055									
1.2 Capital circulante líquido negativo: Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo R\$ 8.441 (R\$ 4.699 em 31 de dezembro de 2023). O equacionamento do capital de giro no exercício de 2025 será alcançado da seguinte forma (i) aporte de capital da sua controladora (ii) venda de energia com operação comercial do Parque Eólico iniciada em abril de 2024.											
2. BASE DE PREPARAÇÃO											
2.1 Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS)), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS) como "normas contábeis IFRS" (IFRS® Accounting Standards), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e, com base nos planos de administração, entende que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar divulgativas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 19 de maio de 2023. 2.2 Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens registrados nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos relativamente ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.											
3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO											
A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. O arredondamento é realizado somente depois da totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.											
4. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS											
Não preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas a medida que a Companhia e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de eventualmente causar um ajuste relevantes nas seguintes notas explicativas: (i) instrumentos financeiros derivativos relativamente ao valor justo e (ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.											
5. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS											
As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão sumarizadas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados salvo disposição em contrário. a) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado. São demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos pelo resultado. b) Concessões: Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competição. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. c) Imobilizado: O parque eólico conta, principalmente, com terrenos, edificações e máquinas e equipamentos. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e pode incluir transferências do patrimônio de quaisquer ganhos/perdas de hedge de fluxo de caixa utilizadas como referentes à compra de imobilizado em moeda estrangeira. O custo histórico também poderá incluir os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas auferidas pela redução ao valor recuperável (impairment). As licenças e permissões são reconhecidas como custo do parque eólico e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros. Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil desse ativo e os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela redução ao valor recuperável (impairment). d) Redução ao valor recuperável - Ativos financeiros: São avaliados ao final de cada exercício quanto à um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento do valor recuperável pelo imobilizado, com base no resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 29 de Instrumentos Financeiros. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.											
6. RISCOS CLIMÁTICOS											
Os riscos relacionados ao Clima foram caracterizados como estratégicos para o Grupo EDP - Energias do Brasil. A esse nível é avaliada a forma como as alterações climáticas afetam os negócios da Companhia e suas controladas, considerando as alterações nos padrões do clima (riscos físicos) e transição acelerada para uma economia de baixo carbono (risco de transição climática). Esses fatores são discutidos periodicamente pela Administração da Companhia. A gestão destes riscos e oportunidades é realizada no âmbito do Plano Estratégico Climático (PEC 23-26) que direciona a atuação da Companhia através dos pilares de adaptação e gestão de riscos, mitigação e descarbonização e transição justa e cultura climática. No pilar de adaptação e gestão de riscos, o foco é aumentar a resiliência da Companhia diante das alterações climáticas, através de uma metodologia de identificação, priorização e tratamento de riscos incorporando conceitos cada vez mais alinhados com a ciência climática e com as diretrizes do TCFD (Task-force on Climate-related Financial Disclosures). Por meio de Planos de Adaptação Climática para cada uma das unidades de negócio, a Administração do Grupo EDP - Energias do Brasil planeja e executa ações para resposta a ameaças climáticas, que trazem riscos à sua operação e à sociedade. Para enfrentar as ameaças físicas nas atividades de distribuição, as controladas de distribuição estão constantemente investindo em novos ativos, novas tecnologias, manutenção preventiva, infraestruturas mais resilientes. Para o enfrentamento das ameaças de transição, o constante acompanhamento da agenda regulatória do setor, articulação setorial, constante análise e reavaliação de seus processos operacionais e inovação são estratégias adotadas para mitigação desses riscos. No pilar de mitigação e descarbonização, a Companhia conforma iniciativas voltadas à transição energética para uma matriz renovável e à redução de emissões, contemplando metas, compromissos públicos e ações necessárias para o atingimento dos objetivos de redução de emissões em curto, médio e longo prazos. Por fim, no pilar de transição justa e cultura climática, aproxima-se da sociedade presente nas regiões de atuação da Companhia, através de investimentos sociais e ações de comunicação que buscam viabilizar a transição energética de uma forma justa e sem deixar ninguém para trás.											
7. REFORMA TRIBUTÁRIA SOBRE CONSUMO											
A Emenda Constitucional nº 132, de 20 de dezembro de 2023, promoveu significativa alteração no sistema tributário nacional brasileiro no que concerne à tributação sobre o consumo. Dentre as mudanças, destaca-se a extinção do PIS, da COFINS, ICMS, ISS e alteração quanto ao IPI, dando lugar ao IVA Dual (Contribuição Sobre Bens e Serviços "CBS") - Federal e Imposto sobre Bens e Serviços "IBS" - Estadual e Municipal, além do Imposto Selvático - Federal. Em janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/25, que regulamenta parte da Reforma Tributária, estando em tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar nº 108/24, que visa, principalmente, a regulamentação do Comitê Gestor do IBS. A transição para o novo modelo ocorrerá gradualmente entre 2026 e 2024. Durante esse período, os tributos antigos serão progressivamente substituídos pelos novos, portanto, os efeitos da Reforma Tributária sobre o consumo não são verificados nas demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024. O Grupo EDP acompanha a evolução do tema sobre Reforma Tributária desde o início e permanecerá avaliando os impactos.											
8. IMPACTOS DO AMBIENTE GEOPOLÍTICO E MACROECONÔMICO											
Os conflitos geopolíticos continuam provocando mudanças significativas no cenário de risco global, bem como impacto econômico generalizado tanto nas regiões diretamente afetadas quanto globalmente onde as empresas se envolvem em atividades econômicas fronteiriças. As entidades devem considerar cuidadosamente suas exposições diretas e indiretas a conflitos geopolíticos e fornecer as divulgações necessárias de maneira que seja apropriadamente adaptada às suas circunstâncias individuais. Além disso, altas taxas de inflação, assim como altas taxas de juros podem ser uma forte significativa de incerteza e estimativa e podem ter um impacto material no valor contábil de ativos e passivos. Para uma série de jurisdições, picos recentes na inflação e nas taxas de juros podem estar se estabilizando ou até mesmo diminuindo, o que pode exigir atualizações na divulgação decorrente da redução na volatilidade. Algumas entidades ainda podem precisar atualizar julgamentos e estimativas, bem como divulgações relacionadas, para os impactos da incerteza econômica em andamento. As entidades também podem precisar atualizar a análise de sensibilidade para refletir uma faixa razoável possível de mudanças nas taxas de juros e continuar a considerar o impacto que a inflação e as altas taxas de juros tiveram em seu desempenho e posição financeira. O aumento da inflação e das taxas de juros afetará as medições do valor justo, as estimativas de fluxo de caixa futuro esperado, as taxas de desconto usadas para determinar o valor presente dos fluxos de caixa, os indicadores de imparidade e os testes de imparidade. O aumento da inflação e das taxas de juros também pode causar incerteza significativa na estimativa em relação à medição de ativos e passivos de curta e longa duração. As entidades também podem precisar considerar novas ou expandidas divulgações nesta área.											
9. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES VIGENTES E NÃO VIGENTES											
Mantendo o processo permanente de revisão das normas de contabilidade o IASB e, consequentemente, o CPC emitiram novas normas e revisões às normas já existentes. Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão por estas entidades estão demonstrados a seguir:											
Adoção de novas normas e interpretações vigentes			</								



...continuação

12. IMPOSTOS A COMPENSAR E A PAGAR

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Impostos a compensar		
ICMS	2.541	2.525
IRRF sobre aplicações financeiras	2	-
ISS	47	44
Outros	32	31
Total	2.622	2.600

Impostos a pagar

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	2.673	2.660
Imposto de renda e contribuição social	380	597
IRRF sobre aplicações financeiras	4	5
ISS	-	10
PIS e COFINS	89	-
PIS, COFINS e CSLL retidos na fonte	3	7
Outros	27	-
Total	3.176	3.279

13. CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Ativo circulante		
Cauções e depósitos vinculados de empréstimos	2.547	19.323
Total	2.547	19.323
Como garantias ao contrato celebrado entre a Companhia e a SUDENE (FNDE) Banco do Brasil S.A., foram estabelecidas a vinculação e cessão da Receita Vinculada e o penhor dos valores depositados na Conta Reserva em favor da SUDENE e do Agente Financeiro em caráter irrevogável e irrevável para o cumprimento das obrigações assumidas no contrato. Toda a arrecadação será depositada na Conta Vinculada. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá manter saldo correspondente às trévezes o valor da última prestação vencida de amortização do principal e acessórios da dívida durante o período de amortização. A liberação dos depósitos vinculados está condicionada à comprovação da necessidade do financiamento, com a apresentação e comprovação da utilização dos fundos por parte da Companhia. A Companhia pretende concluir o processo de comprovação durante o 1º trimestre de 2025 para a qual parte dos fundos disponíveis nas contas de Cauções e depósitos vinculados foram classificados como ativo circulante em 31 de dezembro de 2024. O saldo disponível na Conta Reserva em 31 de dezembro de 2024, no montante de R\$ 2.547, foi aplicado em Certificado de Depósitos Bancários - CDB DI e operações compromissadas com remuneração média à taxa média de 96,430% do Certificado de Depósito Interbancário CDI junto ao Banco Santander, visando manter a rentabilidade dos recursos da Companhia.		

14. MATERIAIS PARA USO E CONSUMO

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Materiais para uso e consumo	131	26
Total	131	26
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

15. ADIANTAMENTO A FORNECEDORES

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Adiantamento a fornecedores - material e serviço	282	282
Adiantamento a fornecedores - ativo fixo	11	-
Total	293	282
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

16. DESPESAS ANTICIPADAS E OUTROS CRÉDITOS

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Despesas antecipadas	114	-
Outros créditos	194	181
Total	308	181
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

17. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos - Pessoal e Infraestrutura (a)	EDP Renováveis Brasil S.A. 401 154	
Venda de Energia	EDP Comercializadora S.A. 2.345 -	
Compartilhamento de CAPEX (b)	Catanduba II 566 566	
Total	3.312 720	3.312 720
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

21. PROVISÃO PARA DESMANTELAMENTO

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Desmantelamento		
A movimentação do desmantelamento no exercício é a seguinte:		
Total	1.082	1.082
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

22. OUTRAS CONTAS A PAGAR

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante		
Provisão para arrendamentos	-	49
Total	-	49
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Não circulante		
Saldo Final	1.082	1.082
Provisões para desmantelamento	-	990
Total	1.082	1.082
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional bruta		
Energia comercializada no mercado de curto prazo	27.582	-
Total	27.582	-
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

25. GASTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
Custo histórico		
Depre. Depreciação acumulada		
Valor líquido		
Total	357.491	348.718
Companhia mantém estoque de materiais para consumo, contabilizados pelo valor de aquisição, composto por peças que serão utilizadas para reposição de itens danificados, cuja vida útil é menor que um ano.		

26. RESULTADO FINANCEIRO

31/12/2024 31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023

<tbl_r